

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****2ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1006122-75.2014.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Auxílio-Acidente (Art. 86)**  
 Requerente: **REGINALDO HIPOLITO RIBEIRO**  
 Requerido: **Instituto Nacional do Seguro Social**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

Reginaldo Hipólito Ribeiro propôs ação acidentária em face do INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL - INSS objetivando, em suma, a concessão de auxílio-acidente alegando que durante seu vínculo de trabalho, em 31 de agosto de 2012, sofreu acidente, possuindo sequelas que ao incapacitam ao labor.

O INSS apresentou contestação afastando o pleito do autor sob o argumento de que a moléstia não gera incapacidade definitiva. Ainda, informou que durante o período de recuperação, foi implantado auxílio-doença, cessando aos 26/06/2014.

O laudo pericial foi juntado aos autos às fls. (fls. 84/88) com esclarecimentos (fls. 130/131).

As partes apresentaram alegações finais às fls. 159/160 e 115/117.

É o relatório.

Decido.

O trabalho pericial, que não pode ser refutado por mera vontade da parte que não concorda com ele, estando isso a depender de prova segura, que não veio, é conclusivo.

Ao contrário do que alega o autor, o laudo analisou com clareza todos os aspectos necessários, com detalhamento de todas as


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**2ª VARA CÍVEL**
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

circunstâncias do caso concreto, sendo suficiente o que já consta, ao julgamento da lide.

À fl. 87 o perito médico constatou que, *verbis*:

**"(...) a sequela funcional decorrente de luxação recidivante do ombro direito (dominante), após tratamento cirúrgico oportunamente instituído, é leve e não confere ao autor até o momento redução de sua capacidade funcional ao exercício da atividade laborativa desenvolvida nessa ocasião (motorista) e/ou demais afins a terceiros."** (grifos do original)

Assim, e conforme já dito, as impugnações do autor, que revelam somente a opinião de seu patrono no tocante ao tema, não têm o condão de afastar as conclusões do laudo técnico.

Desnecessária qualquer outra prova; a ação deve analisar o binômio incapacidade permanente/nexo causal, o que já está devidamente esclarecido.

Ademais, e por muitíssimo relevante, no laudo pericial elaborado, passou o autor por entrevista com a médica e informou que após o afastamento por cerca de dois anos, período em que recebeu auxílio acidente, voltou ao serviço junto à mesma contratante da época do acidente, na mesma função mas "nada faz – disse que está ocioso", situação inacreditável.

Se voltou ao serviço é porque tem total condições para tanto já que se assim não fosse, não seria mantido o seu vínculo empregatício, com pagamento a funcionário ocioso por mera liberalidade.

As constatações do laudo deixam evidente que o requerente tem totais condições de trabalhar, na mesma ou em outra função, não podendo ser onerado o INSS de forma indevida.

Diante do exposto, julgo improcedente o pedido inicial.

Descabida condenação em custas, despesas processuais e honorários de sucumbência, nos moldes do art. 129, parág. único, da Lei nº



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

8.213/91.

Com o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

PRIC

São Carlos, 09 de setembro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**